

EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MIMBÓ EM AMARANTE – PI

Nayra Rodrigues Carvalho¹

INTRODUÇÃO

A Fundação Cultural Palmares informa que entre 2004 e 2012 foram certificadas 1.826 comunidades como quilombos e mais de 3.524 comunidades rurais e urbanas foram identificadas em todo o país (BRASIL, 2013). Essas comunidades, ao longo da história, receberam distintas denominações, das quais podemos citar: Terra de pretos,² Terras de Santo,³ Mocambo⁴ ou Quilombo. Seus habitantes, quilombolas ou Calhambolas,⁵ eram negros escravizados no Brasil que possuíam a intenção de burlar o sistema escravista e se preservarem das perseguições e do preconceito.

Atualmente, no Brasil, entende-se como Quilombo as comunidades negras habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco. Historicamente, encontramos o primeiro conceito de Quilombo em uma carta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740, em resposta ao rei de Portugal, onde define-se Quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 70.)

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, reconhece a importância cultural das manifestações afro-brasileiras e os quilombos como patrimônio cultural. Por sua vez, o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias estabelece o direito à propriedade das terras dessa comunidade. Vejamos o que apresenta a letra da lei:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

[...]

1 Graduanda em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI; nayracarvalho2@gmail.com.

2 Auto-definição comumente utilizada pelas comunidades negras rurais para seus territórios, principalmente no Maranhão e Pernambuco (ALMEIDA, 2002, p. 38).

3 Nome atribuído às terras doadas pela Igreja católica tendo como contrapartida a construção de uma Igreja (REIS E SILVA, 1989).

4 Denominação atribuída às comunidades negras ribeirinhas do baixo Amazonas (FUNES, 1996, p. 147).

5 Nome jurídico dado aos habitantes dos quilombos do século XVII (RAMOS, 1996, p. 165).

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988)

O processo de regularização de terras das comunidades remanescentes de quilombos, viabilizado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, possibilitou o exercício pleno de identidades coletivas que vinham se constituindo em torno da luta pelo reconhecimento de direitos de comunidades tradicionais.

No Brasil, as comunidades quilombolas historicamente organizam-se em associações que tem como fundamento a luta pela construção de uma nova sociedade, como instrumento de conquista da liberdade e preservação da cultura. No Piauí, temos como exemplo desse tipo de comunidade o Quilombo Mimbó, situado na cidade de Amarante, próximo a um riacho que recebe o mesmo nome do quilombo, onde escravos fugitivos da região de Oeiras-PI se refugiavam ainda no século XIX.

A professora Idelzuíta Rabelo Paixão foi a primeira professora a dar aula no Quilombo Mimbó. De acordo com ela:

A primeira escola do Mimbó foi criada em 1971 e ficava no Baixão, perto do rio. Até 1971 havia muitos analfabetos. A maioria das pessoas não sabia nem assinar o nome. Aqueles que aprenderam alguma coisa foi à custa de muita dificuldade. A comunidade se reunia e pagava um professor particular. (PAIXÃO, 1987, p. 113).

Com o passar dos anos, a situação escolar no Quilombo do Mimbó melhorou, mas ainda existe muito a ser feito, tanto no melhoramento da estrutura física da escola e da ampliação das turmas ofertadas, quanto na grade curricular implantada e nas atividades extracurriculares que podem ser realizadas no âmbito escolar para contribuir no processo de aprendizagem e na valorização da identidade das crianças da comunidade. É nesse sentido que estamos construindo esse trabalho, para que além de contribuições científicas, ele possa também favorecer as práticas educacionais realizadas nos quilombos brasileiros.

METODOLOGIA

Com o objetivo de investigar a história dos quilombos no Piauí e relacionar a importância dessa história à operacionalização da Lei 10.639/03 na educação das crianças e jovens quilombolas, o caminho teórico-metodológico trilhado, teve como interpelação a pesquisa qualitativa realizada com aplicação de questionário *in lócus* na comunidade quilombola Mimbó visando conhecer como se dá o trabalho escolar tanto na perspectiva dos pais de alunos como na dos professores, pois há que se questionar quais são as datas e os eventos comemorados, como eles são organizados na escola, qual é o envolvimento dos estudantes e comunidade na organização das festas, se essas mantêm o caráter laico da escola pública e se contemplam os aspectos culturais afro-brasileiros.

Questiona-se também a avaliação na Educação Escolar Quilombola que deve estar associada aos processos de ensino e aprendizagem específicos, reportando-se as dimensões de participação e de protagonismo quilombola, objetivando a formação de sujeito autônomos, capazes de atuar ativamente na sua comunidade e na sociedade mais ampla.

A revisão de literatura serviu de suporte para o conhecimento e compreensão da trajetória da referida comunidade, além de contribuir significativamente para a análise realizada a cerca das características da educação escolar realizada nessa comunidade.

DESENVOLVIMENTO

Desde a década de cinquenta, alguns estudos das ciências sociais vêm apresentando a questão de que o quilombo não se restringe ao período escravista e que se perpetuaram ao longo da história. Vários agrupamentos de população negra foram identificados em distintas regiões brasileiras, sobretudo em lugares mais afastados dos centros urbanos e das regiões industrializadas do país, como lugares de refúgio. Muitos deles guardavam saberes tradicionais, manifestações culturais próprias, como dialetos, e relação específica com a natureza, bem como respeito a valores da ancestralidade pertinente à formação do grupo.

Os movimentos iniciados em 1980 por grupos de afro-brasileiros em busca de igualdade e respeito fomentaram as discussões a respeito da Educação Escolar Quilombola, já que a escola possui papel de destaque na reprodução do racismo, algo que pode ocorrer de acordo com a organização da estrutura escolar. As escolas quilombolas, portanto, surgem para quebrar o contexto em vigência, pois buscam valorizar a cultura da população negra e o empoderamento de seus estudantes.

A legislação educacional brasileira permite que educadores atuem para minimizar as desigualdades étnico-raciais nos espaços educacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 58, garante à criança e ao adolescente o direito de desfrutar de sua herança cultural, considerando que a escola é uma instituição que atua na construção de uma sociedade menos injusta e excludente, possibilitando que as diferenças culturais sejam expressas e respeitadas, torna-se evidente a importância de legislação específica voltada para a Educação Escolar Quilombola.

Baseada nas Orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a Educação Escolar Quilombola deverá seguir os eixos orientadores gerais da educação brasileira, e também se referenciar nos valores das comunidades quilombolas. As escolas quilombolas foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012. O referido documento foi fruto de uma série de discussões realizadas no campo educacional a partir da década de 1980.

Determinou-se, assim, que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, tendo no currículo temas relacionados à cultura e à especificidade étnico-cultural de cada uma delas. As políticas públicas voltadas aos povos tradicionais, sejam eles indígenas ou quilombolas, devem considerar a inter-relação que possuem com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais.

Dessa forma, o poder público deve consultar a comunidade envolvida para que a educação seja pensada em conjunto. A escola precisa desenvolver ferramentas intelectuais que fortaleçam as identidades dos educandos e façam da resistência o objeto e o objetivo da educação escolar. A pouca reflexão sobre as relações étnico-raciais na escola das comunidades quilombolas no país e o tratamento dado a essas questões, quando elas aparecem, contribuem para a manutenção de práticas docentes que reproduzem a invisibilidade da cultura e da epistemologia da comunidade, contribuem para o não reconhecimento da identidade das crianças negras no cotidiano da escola (SILVA, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação de um questionário, afim de alicerçar nossa pesquisa qualitativa, acreditamos que poderemos identificar quais as ações da escola para a preservação e valorização da identidade, tradições e costumes quilombolas.

Além disso, dialogando com a revisão de literatura temos o intuito de propor atividades problematizadoras, a serem realizadas em âmbito escolar, que beneficiem a educação formal da comunidade, pois acreditamos que trabalhar com problemas leva os alunos a selecionar,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

organizar e estruturar seu conhecimento a respeito do passado de modo a compreender o presente e repensar o futuro.

Realizar um trabalho com todo tipo de iconografia, mitos, diários de viagem, contos tradicionais, provérbios, filmografia e literatura que podem ser ressignificados a partir da apresentação e discussão do conceito de quilombo, para além do refúgio de escravos fugidos, aproximando os alunos de outras referências de resistência, pois não se pode ignorar a estrutura e a funcionalidade do racismo brasileiro e sua perpetuação no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O núcleo da comunidade do Quilombo do Mimbó possui cerca de 150 moradores, que vivem da agricultura de subsistência, da pesca e da ajuda de programas sociais do governo federal. Manter viva a tradição e os costumes têm sido uma das características marcantes dessa comunidade. A chegada da modernidade trouxe celulares, televisões, ruas pavimentadas com paralelepípedos, mas as manifestações culturais de origem afro-brasileira continuam a fazer parte da rotina da comunidade.

O Pagode do Mimbó, enriquecido com grupos de dança, música e capoeira, é uma das expressões culturais mais conhecidas da região. Outra manifestação cultural de destaque é o Espetáculo Mimbó, dança praticada com maestria pelos jovens do quilombo e comumente apresentada em outras cidades, onde os quilombolas enaltecem a história da comunidade através da música.

A única escola do Quilombo do Mimbó possui turmas apenas do infantil ao 5º ano do ensino fundamental. A partir do 6º ano, os alunos passam a estudar na área urbana da cidade de Amarante (PI), e fazem o percurso de 17 km em veículo de transporte escolar fornecido pela prefeitura no município.

Em diálogo com professores de uma das escolas que recebe as crianças do Mimbó, que se encontram em séries mais avançadas, foi constatado que não existe um projeto voltado para a valorização das práticas sócio-culturais presentes na comunidade quilombola, e que o ensino de história e cultura afro-brasileira é realizado apenas utilizando o livro didático, onde o assunto é abordado de maneira bastante tímida.

Palavras-chave: Quilombo. Educação formal. Escola quilombola. Identidade. Piauí.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. São Luís: Projeto Vida de Negro/ CCN/MA, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 215 do Título VIII: da ordem social. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016. p. 65.

_____. Constituição (1988). Artigo 216 do Título VIII: da ordem social. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016. p. 65-66.

_____. Constituição (1988). Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016. p. 83.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Escolar Quilombola*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

_____. *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. Ministério da Cultura. *Comunidades de remanescentes quilombolas tituladas*. Brasília. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Editora Porto. 1994. (Coleção Ciências da Educação)

FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MUNANGA, Kabengele.; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

PAIXÃO, Ideuzuíta Rabelo. Mimbó: A educação no Quilombo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 113-114, nov. 1987.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVII. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José.; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes Quilombolas: uma poética brasileira*. Salvador: EDUFBA, 2004.